

política

PAINEL | Fábio Zanini

painei@ufopa.com.br

Salve-se quem puder

Prefeitos e pré-candidatos do PL têm procurado outros partidos nos últimos dias para se filiar com vistas à disputa municipal, com receio de que a Justiça bloqueie o fundo eleitoral da legenda de Jair Bolsonaro. Outro temor, segundo relatos ao Painei de dirigentes de três legendas de centro que receberam sondagens, é o efeito negativo de uma eventual prisão do ex-presidente, por participação em suposta trama golpista. O prazo para filiação partidária se encerra no começo de abril.

IRMAO O presidente nacional do PCO (Partido da Causa Operária), Rui Costa Pimenta, encontrou-se no último sábado (17) com o líder do braço político do Hamas, Ismael Haniyeh, em Doha, no Catar. O Hamas é um movimento muito calunioso. Defendemos a resistência palestina há muito tempo, não é de agora. afirmou o dirigente da legenda de esquerda radical ao Painei.

EQUIVALÊNCIA Ele diz que avigam de dez dias foi pago pelo próprio partido e não veio problema em dar apoio a uma organização responsável pela morte de 1.200 civis em Israel. "É um direito nosso conversar com quem quer que seja. O Hamas é considerado uma organização terrorista pelos EUA, mas existe terrorismo maior do que Israel matar 30 mil pessoas indefesas?",

PORQUE NÃO? O presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), defendeu em seminário no Rio uma aliança entre o prefeito Eduardo Paes (PSD) e governador Cláudio Castro (PL) na eleição municipal. "São duas figuras políticas muito queridas por mim", disse, em evento da FGV. Paes disputará a reeleição, enquanto Castro defende o bolsonarista Alexandre Ramagem (PL).

VIA Emovido em escândalo de desvio de verbas públicas de obras contra seca no sertão da Paraíba, o secretário de Representação Institucional do estado, Wilson Santiago (República), participou de reunião com o deputado federal Alexandre Ramagem (PL) na quinta (22). Ele chegou a ser afastado pelo STF quando era deputado, em 2019.

Com Guilherme Seto, Danielle Brant e Italo Nogueira

Cláudio



GRUPO FOLHA

FOLHA DE SÃO PAULO

UM JORNAL A SERVIÇO DO BRASIL

Redação São Paulo

Al. Barão de Limeira, 425 | Campos Eliseu | (011) 3224-3222

Circulação: 600 mil exemplares (dezembro de 2023) | (0800-015-9000)

Assinatura no assinante: (11) 3224-3090 | (0800-775-8080)

Assine a Folha: assinante.folha.com.br | 0800-015-8000

EDIÇÃO DIGITAL	Digital Ilimitado	Digital Premium
PLANO MENSAL	R\$ 29,90	R\$ 44,90

EDIÇÃO IMPRESSA	Verde avulsa	Assinatura semestral*
seg. a sáb.	dom.	Todos os dias
seg. a sáb.	R\$ 9,90	R\$ 59,90
dom.	R\$ 11	R\$ 1.374,90
seg. a sáb.	R\$ 12	R\$ 1.729,90
dom.	R\$ 13	R\$ 1.848,90
seg. a sáb.	R\$ 14,90	R\$ 2.315,90

*O valor não contempla frete e taxa de administração 3,50%

CIRCULAÇÃO DIÁRIA (IV)

795.948 exemplares (dezembro de 2023)



PF faz busca e apreensão em gabinete do deputado Alexandre Ramagem, na Câmara

Gabinete 04 - 25 Jan 24 / Ffolha.com

Lira articula projeto para limitar ações da Polícia Federal dentro da Câmara

Presidente da Casa pede que lideranças conversem com bancadas para medir tamanho do apoio de parlamentares a propostas

Victoria Acevedo

BRASIL O presidente da Câmara dos Deputados, Arthur Lira (PP-AL), pediu a líderes partidários que consultem suas respectivas bancadas sobre a viabilidade de matérias que tratam do que os deputados chamam de "respeito às prerrogativas parlamentares" numa reação a operações da Polícia Federal que resultaram em buscas e apreensões em gabinetes na Casa.

Desde o fim do ano passado, há queixas entre parlamentares de que o STF (Supremo Tribunal Federal) tem ultrapassado limites e desrespeitado a autonomia dos Poderes. As críticas aumentaram após operações da Polícia Federal mirarem nomes como os deputados Alexandre Ramagem (PL-RJ) e Carlos Jordy (PL-RJ), em janeiro.

Segundo relatos, as operações foram tema de discussão de reunião de líderes realizada na terça-feira (22) com Lira. O assunto foi levado à tona por intervenções de Jordy, líder da oposição, e do líder do PL, Altineu Cortes (RR). De acordo com participantes do encontro, Jordy fez um desabafo, dizendo que foi feito com ele um ato de covardia e que não havia justificativas para a busca e apreensão. Ele disse também, ainda segundo relatos, que esse tipo de ação da PF poderá ocorrer mais à frente com outros parlamentares.

Em 18 de janeiro, o gabinete de Jordy foi alvo de buscas da corporação, no âmbito da Operação Lesa Pátria, destinada a identificar pessoas que planejavam, financiavam e incitavam os ataques do 8 de janeiro de 2023 às sedes dos Três Poderes.

Altineu, por sua vez, criticou o fato de o presidente nacional do PL, Valdemar Costa Neto, ter sido preso em flagrante por posse ilegal de arma de fogo localizada pela PF durante a operação de busca e apreensão.

Nesta sexta-feira (23), em entrevista no Rio de Janeiro, Lira indicou esse caminho: "As operações são decisões judiciais. Elas não foram as primeiras nem serão as últi-

mas. Agora elas demandam sempre alguma inquietude e alguns excessos, ou não. Serão avaliados no âmbito do Judiciário e as alterações legislativas, se houver, sempre terão que ser negociadas entre Câmara e Senado".

Diante dessas queixas, que acabaram sendo endossadas por outros participantes da reunião, Lira orientou que as lideranças conversem com suas bancadas para sentir se há um consenso em torno das matérias — evitando, portanto, que a sessão esteja restrita a um grupo somente.

De acordo com participantes do encontro, foram citadas duas propostas: uma que trata do fim do foro especial e outra que determina que medidas judiciais contra parlamentares só possam ocorrer após aprovação da Mesa Diretora da Câmara ou do Senado.

A primeira poderia ser tratada em um novo texto, a ser elaborado por deputados, ou a partir de PEC (proposta de emenda à Constituição) que foi aprovada no Senado em 2018 e que permite que ministros, parlamentares, governadores e prefeitos sejam processados na fase de primeira instância.

Ela mantém o foro especial para presidentes da República, da Câmara, do Senado e do STF, além do vice-presidente da República, que continuariam a ser julgados pelo Supremo.

A segunda é uma PEC elaborada pelo deputado Rodrigo Valadares (União Brasil-SE) que está em fase de coleta de assinaturas. O texto determina que investigações, buscas e ações judiciais contra congressistas só possam ocorrer após aprovação da Mesa Diretora da Câmara ou do Senado.

"A presente emenda à Constituição visa proteger o mandato de deputados federais e senadores da República contra repetidos abusos cometidos pelo Poder Judiciário que colocam em risco a soberania do voto popular e o exercício parlamentar da democracia em nosso país", justifica Valadares na PEC.

A Mesa, grupo de sete parlamentares encabeçados pelo

“As operações são decisões judiciais. Elas não foram as primeiras nem serão as últimas. Agora elas demandam sempre alguma inquietude e alguns excessos, ou não. Serão avaliados no âmbito do Judiciário e as alterações legislativas, se houver, sempre terão que ser negociadas entre Câmara e Senado”

Arthur Lira presidente da Câmara

presidente de cada Casa, teria prazo de dez dias para autorizar ou negar a ação, que só poderia ocorrer no ano legislativo. Ou seja, qualquer ato judicial contra deputados e senadores ficaria paralisado nos períodos de recesso.

Valadares afirmou à Folha que avaliou essa sinalização de Lira para o andamento do projeto como "muito positiva". "A gente vê que tem um interesse em aprovar. Não quero que isso seja como revanchismo contra o STF, porque não é. É apenas a gente resguardar a independência dos Poderes, para que todos se respeitem e sejam harmônicos, sem que um se sobressaia a outro", diz.

De acordo com ele, atualmente há 94 assinaturas no texto — são necessárias 171 para protocolar uma PEC.

Valadares espera que com o pedido de Lira, esse número possa aumentar nas próximas semanas. O deputado diz ainda que a bancada da União Brasil já sinalizou positivamente para avançar com essa matéria.

No terça-feira, Lira indicou aos líderes que, caso haja uma sinalização da aprovação dessas matérias, ele levará essa discussão ao presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), uma vez que existe uma avaliação de que qualquer movimento que os parlamentares da Câmara dos Deputados fizerem deve estar em sintonia com os senadores.

De acordo com relatos, o presidente da Câmara tirou ainda que ele mantém uma relação institucional com o STF pelo cargo que ocupa e que isso deve ser preservado, o que foi dito por parlamentares que nenhuma decisão será tomada de forma apressada.

As buscas contra parlamentares aliados de Jair Bolsonaro (PL) neste ano despertaram uma série de críticas no Congresso Nacional. O presidente do partido, Valdemar Costa Neto, cobrou o comando do Legislativo na ocasião e afirmou que era "estranha e péssima para a democracia brasileira a omissão do Congresso neste e em outros casos recentes".